

# INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

Boletim Mensal do Instituto de Economia Agrícola

Vol. 19

Nº 01

Janeiro/89

## 9 SITUAÇÃO DA AGRICULTURA

### ARTIGO TÉCNICO

- 31 Seminário Internacional de Política Agrícola
- 37 Aspectos Omissos da Intervenção Estatal na Agricultura

### ESTATÍSTICAS AGRÍCOLAS

- 41 Preços Médios Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo
- 47 Preços Médios Recebidos pelos Fruticultores, Estado de São Paulo
- 49 Preços Médios Recebidos pelos Olericultores, Estado de São Paulo
- 51 Preços Médios de Venda no Mercado Atacadista, Cidade de São Paulo
- 54 Composição dos Grupos de Produtos para Publicação dos Preços Médios Mensais no Varejo, Cidade de São Paulo
- 55 Preços Médios Mensais no Varejo, Cidade de São Paulo
- 63 Cesta de Mercado, Cidade de São Paulo
- 64 Preços Médios Pagos pela Agricultura, Cidade de São Paulo
- 68 Índices Mensais de Preços Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo
- 70 Participação dos Produtos no Índice Mensal de Preços Recebidos pelos Agricultores e Variação Relativa ao Mês Anterior, Estado de São Paulo
- 71 Índices Mensais de Preços Pagos na Agricultura Paulista
- 73 Variação Percentual dos Índices de Preços Recebidos e Pagos na Agricultura Paulista
- 74 Índices Mensais de Paridade, Estado de São Paulo
- 75 Preço Médio Observado no Mercado a Termo da Bolsa de Mercadorias de São Paulo
- 76 Cotação Média de Fechamento para Entrega Futura na Bolsa de Mercadorias de São Paulo
- 77 Número de Contratos Negociados a Termo na Bolsa de Mercadorias de São Paulo
- 78 Número de Contratos em Aberto no Mercado a Termo da Bolsa de Mercadorias de São Paulo
- 79 Aluguel de Pasto, Estado de São Paulo, novembro de 1988
- 80 Arrendamento por Hectare, Estado de São Paulo, novembro de 1988
- 82 Preparo do Terreno por Empreitada, Estado de São Paulo, novembro de 1988
- 84 Salários Rurais, Estado de São Paulo, novembro de 1988
- 86 Valor da Terra Nua, Estado de São Paulo, novembro de 1988
- 88 Dados Climáticos, Estado de São Paulo



ARTIGOS  
TÉCNICOS

## SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICA AGRÍCOLA (1)

Como parte das comemorações do 45º aniversário de fundação do Instituto de Economia Agrícola, órgão da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, realizou-se em São Paulo, no período de 26 a 28 de outubro de 1988, o Seminário Internacional de Política Agrícola (SIPA).

Na ocasião, foi homenageado o Dr. Ruy Miller Paiva, um dos pioneiros na pesquisa em economia agrícola no Brasil, recebendo ele o título de Servidor Emérito do Estado de São Paulo, outorgado pelo Excelentíssimo Senhor Governador Orestes Quéricia.

O Seminário contou com a participação efetiva de 202 interessados, conforme as fichas de inscrição recebidas, a maioria representando 38 entidades havendo, também, participantes em caráter particular. Para sua concretização foi fundamental o apoio das seguintes empresas: ANDA, ANDEF, BADESP, BANESPA, CAC, CESP, EMBRAPA, Fundação Cargill, FRUTESP e NOSSA CAIXA.

O objetivo proposto ao se idealizar o Seminário foi examinar, numa perspectiva de longo prazo, questões como a modernização da agricultura, condição necessária para a estabilidade e crescimento econômico do País e que depende, crucialmente, dos investimentos em ciência e tecnologia para a agropecuária; dos investimentos em capital humano; e da liberalização do comércio de produtos da agricultura.

Os textos integrais das palestras, os comentários dos debatedores e as intervenções dos participantes constarão dos anais do seminário, a serem publicados na revista **Agricultura em São Paulo**. Pretende-se, com esta nota, apresentar uma síntese dos temas abordados.

1ª Conferência: **LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO E OUTRAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS DESEJÁVEIS**, proferida pelo Professor David Gale Johnson, da Universidade de Chicago.

Para abordar a liberalização do comércio agrícola, um assunto que vem analisando há cerca de 40 anos, o Professor Johnson dividiu sua exposição nos seguintes capítulos: significância da liberalização do comércio; efeitos da proteção a produtos agrícolas sobre o mercado internacional; estimativas de benefícios sob equilíbrio geral; o Brasil e a liberação do comércio; aspectos positivos das intervenções do governo; os preços são importantes nos países em desenvolvimento; a economia política da proteção; e comentários finais.

Nas suas conclusões, o Professor Johnson afirma que o Brasil deve fazer um esforço, no interesse de seus produtores e consumidores, no sentido de obter reduções nas barreiras ao comércio de produtos agrícolas no âmbito das discussões que se realizam em

---

(1) Recebido em 01/12/88. Liberado para publicação em 20/01/88. Síntese preparada pelo Pesquisador Científico Flavio Condé de Carvalho, do Instituto de Economia Agrícola.

Genebra. Entretanto, ao insistir em que os países industrializados eliminem em grande parte as suas barreiras ao comércio de produtos agrícolas, o Brasil deve estar preparado para fazer o mesmo. Reduzir as intervenções no comércio implicará, para o Brasil, em aumento de preços de alguns produtos agrícolas. Os ganhos para os consumidores virão não de preços mais baixos, o que poderia ocorrer em um prazo mais longo, mas da maior segurança de abastecimento e maior estabilidade de preços.

A longo prazo, o interesse do Brasil estaria mais na obtenção de reduções nas barreiras comerciais para produtos manufaturados e serviços.

Um outro esforço torna-se necessário no sentido de reduzir o papel do governo na economia, o que já vem ocorrendo em diversos países.

O Professor Johnson finaliza enfatizando as contribuições positivas da intervenção governamental em benefício da população rural. Ele reconhece que embora quase todas as intervenções no mercado tenham conseqüências negativas, quando o governo investe em educação, estradas e transportes, em comunicação e em facilitar a integração da vida rural com a urbana, serão grandes as conseqüências favoráveis. Há outras áreas, como pesquisa agrícola, reunião e disseminação de informações, incentivo à competição e manutenção da segurança das pessoas e propriedades, onde o governo deveria ter um papel mais destacado.

2ª Conferência: **A CAMINHO DE UMA LEI AGRÍCOLA PARA O BRASIL**, proferida pelo Pesquisador Científico Alberto Veiga, do Instituto de Economia Agrícola.

A Nova Constituição brasileira, aprovada em outubro, contém a exigência de elaboração, no prazo de um ano, de uma lei agrícola. Para analisar aspectos da necessidade dessa lei e do seu conteúdo, o Dr. Veiga divide sua apresentação nos seguintes itens: o impasse do mundo desenvolvido; o impasse brasileiro (os mecanismos de intervenção, as conseqüências do impasse, a evolução recente e os movimentos de classe); e tendências e possibilidades de uma nova política agrícola.

O Dr. Veiga argumenta que a atuação do Estado deve pautar-se pela imparcialidade em relação aos indivíduos e grupos sociais. Assim, a política agrícola deve prover tratamento similar aos participantes dos mercados agrícolas e entre estes e os demais setores econômicos e grupos sociais. Com isso, consegue-se estabelecer condições de igual competitividade e assegurar iguais oportunidades. Essa deve ser a função básica da política agrícola.

Não se deve descurar, entretanto, do fato de que a atividade agrícola é mais sujeita a risco e envolve ciclos de produção por vezes bastante extensos. Além disso, o processo de comercialização de produtos agrícolas é bastante complexo. Levando em consideração essas características, pode-se propugnar por um tratamento político específico em relação às atividades econômicas que não possuam as mesmas limitações.

A ação do Estado brasileiro, segundo o Dr. Veiga, deve se iniciar pela supressão de privilégios em detrimento do agrícola, sendo esse o princípio da não discriminação. Um segundo passo seria a eliminação de diferenças, com medidas de estabilização da renda dos produtores.

Assim, a política de desenvolvimento deve não somente cumprir os objetivos de equidade mas também corrigir as distorções alocativas e distributivas ocorridas em função do processo anterior de intervenção.

3ª Conferência: **DILEMAS DA AGRICULTURA BRASILEIRA**, proferida pelo Dr. Eliseu Alves, da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (2)

A palestra do Dr. Eliseu Alves voltou-se fundamentalmente a analisar as contradições impostas ao setor agrícola pelas especificidades de uma economia em desenvolvimento, como a brasileira, localizada parcialmente em área tropical. Partindo da teoria dualista de desenvolvimento, caracteriza a agricultura em moderna e tradicional, segundo a tradição iniciada por Schultz. Nessa concepção, a modernização da agricultura dar-se-ia pela absorção dos fatores de produção utilizados no setor tradicional, gerando uma liberação crescente da mão-de-obra.

No Brasil, a produção se expande respondendo às orientações de demanda, seja ela proveniente do mercado interno ou externo, determinando uma marcha da modernização desigual, em termos regionais. A desarticulação da produção do Nordeste se imporá no tempo. Dada a incapacidade de absorção de mão-de-obra excedente no meio urbano constatou-se no País, entre 1980 e 1985, um aumento do emprego rural. Isso indicaria a necessidade de uma mudança na evolução da estrutura fundiária, o que exigiria a formulação de um mercado de capitais, especificamente, o desenvolvimento de um mercado de arrendamento de máquinas e equipamentos. Para o Dr. Eliseu Alves, entretanto, o argumento da economia de escala se contrapõe a essa perspectiva. Sendo assim, tornar-se-ia imperativo o desenvolvimento da pesquisa tecnológica, a cargo do Estado, para viabilizar a ocupação agrícola na Amazônia.

O carácter moderno da agricultura brasileira, o desenvolvimento da agroindústria e o padrão de desenvolvimento tecnológico internalizam dilemas próprios das economias desenvolvidas: a política de preços mínimos dirigida a defender o produtor frente ao oligopsônio e a produção mais vulnerável aos fatores climáticos em função de um banco de germoplasma mais estreito.

4ª Conferência: **AGRICULTURA, INDÚSTRIA, ESTABILIDADE E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL**, proferida pelo Pesquisador Científico Gabriel Luiz Seraphico Peixoto da Silva, do Instituto de Economia Agrícola e da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

---

(2) Síntese preparada pela Pesquisadora Científica Yara Maria Chagas de Carvalho, do Instituto de Economia Agrícola, relatora desta Conferência, a partir de anotações pessoais.

O trabalho do Dr. Gabriel Peixoto da Silva examina inicialmente, do ponto de vista técnico, as vinculações do setor agrícola com os demais setores produtivos, consideradas essenciais para o entendimento do problema agrícola em economias com determinadas características.

Entre as contribuições do setor agrícola para o desenvolvimento econômico brasileiro, uma delas, a transferência de poupança para fornecer recursos para o financiamento de inversões em outros setores, já foi cabalmente cumprida. A importância da agricultura como fornecedora de mão-de-obra para a indústria tende a se reduzir no futuro.

O suprimento de alimentos e matérias-primas continua sendo a mais importante contribuição, também sendo relevante a geração de divisas, embora com manifesta tendência à perda de importância relativa.

A criação de mercados para produtos de origem industrial depende de elevação das rendas agrícolas, o que não tem ocorrido de maneira satisfatória.

A análise empírica realizada pelo Dr. Gabriel Peixoto da Silva focaliza a agricultura, principalmente, em seu papel de supridora de alimentos para as populações urbanas, examinando seu desempenho numa perspectiva macroeconômica, como condicionante da estabilidade e do crescimento econômico.

A análise foi realizada primeiramente considerando uma economia fechada e posteriormente abrindo a economia às transações com o resto do mundo.

O Dr. Gabriel Peixoto da Silva finaliza sua apresentação enfatizando a contribuição da indústria para a agricultura, mostrando a interdependência entre os dois setores, o que é muito importante para o conjunto da economia.

**5ª Conferência: LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO MUNDIAL E OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO**, proferida pelo Professor George Edward Schuh, da Universidade de Minnesota.

A análise do Professor Schuh inicia-se pela Rodada do Uruguai, nome que recebeu um ciclo de debates sobre comércio multilateral, que vem tendo prosseguimento em Genebra.

As discussões ignoram aspectos monetários que são muito importantes no contexto analisado. Essa importância decorre do fato de que as distorções nas taxas de câmbio equivalem a distorções no comércio e do fato de que os mercados de divisas no mundo hoje são largamente dirigidos pelos mercados internacionais de capitais e não pelos fluxos do comércio internacional.

As negociações também não dão a devida importância às políticas comerciais distorcidas dos países em desenvolvimento, pois centram-se nas barreiras às importações impostas pelos EUA, CEE e Japão e no uso de subsídios à exportação pelos dois primeiros. Os países em desenvolvimento discriminam contra sua agricultura.

A combinação de todos esses conjuntos de políticas faz com que uma grande, se não a maior, parcela da produção agrícola mundial ocorra no lugar errado. Produz-se de mais nos países em desenvolvimento de custos mais elevados e de menos nos países em desenvolvimento de custos mais baixos.

Outro ponto assinalado é a falta de participação dos países em desenvolvimento nas negociações comerciais que se travam em Genebra. Isso talvez ocorra em função do desejo desses países continuarem subsidiando seus consumidores e discriminando contra seus produtores agrícolas.

O Professor Schuh acredita que os países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil, têm muito a ganhar com uma integração mais plena à economia internacional, beneficiando-se de vantagens comparativas, especialização e divisão internacional do trabalho. Eles também têm muito a ganhar com o aumento na eficiência decorrente da exploração de oportunidades externas de mercado e do aumento da competição nos setores internos. Esses últimos podem se constituir, inclusive, nos benefícios mais significantes da liberação global do comércio, pois são extensivos a todos os consumidores.

**6ª Conferência - UM DIAGNÓSTICO SOBRE PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR NO BRASIL**, proferida pelo Professor Fernando Homem de Melo, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo.

O Objetivo do Professor Homem de Melo foi apresentar um diagnóstico sobre a situação da produção e do abastecimento alimentar no Brasil, assim como suas perspectivas para a próxima década.

Na primeira parte do trabalho são analisados os principais aspectos da demanda alimentar no Brasil, considerando um modelo de economia agrícola semi-aberta. Na segunda parte, o enfoque é sobre os principais aspectos da oferta agrícola, com ênfase nos alimentos, e sobre a evolução dos preços relativos de alimentos e seu impacto na distribuição de renda.

A terceira parte do trabalho aprofunda-se na análise do crescimento agrícola desequilibrado, mais favorável aos produtos de exportação que os demais. A parte final delinea o quadro de necessidades alimentares dadas as perspectivas de crescimento econômico e populacional.

A análise da demanda de alimentos levou em consideração a graduação, ou seja, o incremento das classes de média renda e a adoção, pelas famílias que nela já se encontram. Isso proporcionaria grandes aumentos na demanda de proteínas animais, e, em decorrência, na de cereais e oleaginosas para utilização na forma de rações.

A produção de alimentos não parece ter sido travada por preços desestimulantes, pois constatou-se forte elevação real, tanto em termos absolutos como relativos aos produtos de exportação, nos preços dos produtos domésticos tanto ao nível de produtor como no atacado e no varejo. A resposta insatisfatória da produção desses produtos parece estar associada ao forte desequilíbrio de lucratividades e de risco em relação às culturas de exportação.

A relação entre pequena produção e cultivo de alimentos foi considerada bastante complexa e uma reforma agrária nos termos atualmente propostos no Brasil poderia simplesmente reproduzir a situação precária dos pequenos produtores.

A análise das necessidades alimentares do Brasil, na próxima década, em situação de maior crescimento e redistribuição de renda, aponta a necessidade de redirecionamento do perfil de produção na direção de produtos e insumos de carnes, legumes/verduras e frutas; no caso de menor crescimento, a produção se deslocaria para arroz, feijão, mandioca e açúcar.

Os grandes volumes de produtos agrícolas exigidos para os próximos anos somente serão atingidos se ocorrer um ritmo mais intenso de progresso tecnológico na produção e substancial melhoria dos recursos humanos dos produtores.